

ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA DIA VINTE E UM DE JUNHO DE 2012, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA-SEMDESC.

HORÁRIO: 08h. **QUORUM DE ABERTURA:** constatada a presença dos conselheiros (as); Benedito Claudino da Silva, Edvardes Luiz Pessoa, Hélio Borges Rezende, Lucélia G. Soares, Lucidalva Barreto dos Santos, Luzia Francisca Ribeiro, Maria Rosália Alves Fonseca, Marlene Cassiana Silva Jorge e Neuzira Cardoso Ottoni. Estavam presentes também, a Assistente Social da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social - Verônica da Conceição Cruz e a técnica dos Conselhos da Área Social - Thaís Pereira Souza da Costa e Mariana P. B. Martins – Assistente Administrativo. Iniciando a reunião, a presidente Neuzira, introduziu a pauta: Apreciação e deliberação sobre o Plano de Ação SUAS dois mil e doze e apresentou aos conselheiros o Plano de Ação para co-financiamento do Governo Federal - Sistema Único da Assistência Social - ano dois mil e doze, proposto pela Prefeitura Municipal de Unaí-MG ao Governo Federal. Verônica disponibilizou cópia do plano para os conselheiros e explicou que no documento, solicitado anualmente pelo Governo Federal constam: a Previsão de Atendimento Físico, as Macro Ações onde serão aplicados os Recursos, os Serviços, as previsões de atendimento de cada serviço, bem como a previsão de financiamento de cada serviço pelo município e analisou com os conselheiros cada ponto de forma específica, para que após a reunião, o conselho entre no site do MDS para aprovar ou não a proposta da gestora municipal. Thaís falou para os conselheiros que é muito importante que eles entendam o serviço que está sendo aceito pelo município através do co-financiamento com o Governo Federal, porque a obrigação de fiscalizar se estes serviços estão acontecendo como planejado no plano é deste conselho. O conselheiro Hélio perguntou, quando da discussão do Piso de Alta Complexidade como funciona o trabalho do CREAS no município. Verônica explicou o trabalho realizado pelo CREAS e disse que previsão no plano para o CREAS, é co-financiamento dos serviços de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; serviço de acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto; a famílias e indivíduos em situação de risco por violação de direitos;

e ainda é repassado dois recursos para duas entidades privada, sendo: piso de transição de média complexidade para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias (serviço esse conveniado com a APAE do município) e piso de alta complexidade I para serviço de acolhimento à crianças e adolescente (serviço esse conveniado com a Associação Mão Amiga de Unaí-MG). Thaís lembrou ao conselho, que no início do ano, tanto a APAE quanto a Associação Mão Amiga, vieram em reunião, justificar a aplicação do recurso do Governo Federal para receber o repasse que estava atrasado (reprogramação de parcelas de dois mil e onze para dois e doze) e da responsabilidade do CMAS em fiscalizar a execução destes serviços tanto no poder público quanto privado. Edvardes disse que é importante discutir sobre o orçamento público, juntamente com uma orientação específica para os conselhos, para que os recursos possam ser utilizados da melhor forma pelo município e disse que quanto a ultima reunião deste CMAS, sobre a PCH Unaí Baixo, se retirou da reunião por não ter tido conhecimento anterior, por falta de oportunidade, sobre o assunto discutido. Por fim, Verônica explicou que o sistema está aberto, para que o CMAS entre, a presidente tem a senha, e lance o aceite ou não do conselho, conforme previamente lançado pela gestora. Edvardes perguntou se o plano consta no orçamento municipal. Verônica disse que sim e sugeriu ao conselho, solicitar ao gestor municipal, a possibilidade de elaborar juntamente com SEMDESC, o orçamento para dois mil e treze. Edvardes solicitou à presidente do conselho, que envie um ofício à SEMDESC, solicitando a presença de um técnico da Secretaria Municipal de Planejamento na reunião do CMAS. Após análise e discussões sobre o assunto, os conselheiros deliberaram pela aprovação do Plano de Ação para cofinanciamento do Governo Federal - Sistema Único da Assistência Social dois mil e doze, da seguinte forma: Benedito - pela aprovação, Maria Rosália - pela aprovação, Luzia - pela aprovação, Hélio - pela aprovação, Neuzira - pela aprovação, Edvardes - se absteve de votar porque acredita que não houve acompanhamento da aplicação dos recursos nas entidades privadas, Lucélia - pela aprovação, Lucidalva - pela aprovação, Marlene - se ausentou antes da deliberação. Seguindo a pauta: Análise e deliberação sobre o Pedido de Inscrição da Associação da Mulher Trabalhadora de Unaí-MG, neste CMAS, Neuzira solicitou à Comissão Permanente de Análise de

Pedido de Inscrição de Entidades de Assistência Social, que fizesse a leitura do parecer referente ao pedido da entidade. Antes da fala, a técnica Thaís disse ao conselho que iria ausentar-se em virtude de fazer parte do processo e que se o conselho entende-se necessário sua presença para alguma informação, poderia requisitá-la. Assim, Lucélia fez a leitura do relatório elaborado pela comissão, o qual sugere o indeferimento do pedido de Inscrição da Associação da Mulher Trabalhadora de Unaí-MG, uma vez que, a entidade não demonstrou possuir público definido para atendimento, recursos financeiros para se manter, sendo noventa por cento subsidiada pelo poder público, e não definir trabalho pontual que possa ser caracterizado como de assistência social. Após a leitura do parecer da comissão, Luzia fez a leitura da conclusão do relatório elaborado pela técnica da SEMDESC, o qual sugere também, o indeferimento do pedido de inscrição da entidade, pela ausência de proposta de atendimento socioassistencial pela entidade. Maria Rosália, representante da entidade, neste conselho, disse que a entidade está atendendo no momento quinze mulheres, com o apoio de uma assistente social, além dos cursos que continuam sendo oferecidos pela entidade. Lucélia disse que para que a entidade possa realizar um trabalho continuado e permanente, precisa definir melhor o público da entidade. Edvardes comparou o pedido de inscrição da Associação da Mulher Trabalhadora a outros processos que já passaram pelo conselho, que não receberam, no momento solicitado, a realização da inscrição. Maria Rosália disse que não concorda com o indeferimento do pedido de inscrição da entidade, porque outras entidades já apresentaram pedido de inscrição que foram aceitos para posterior adequação, conforme proposta do conselho. Hélio disse que concorda com Maria Rosália, e que a assistente social da entidade é uma pessoa muito preparada e que está disposta a se adequar à proposta de assistência social. Neuzira disse que quando o conselho define um prazo para que a entidade se adéqüe, deve realizar o trabalho de fiscalização necessário. Assim, a presidente Neuzira colocou em deliberação o pedido de inscrição da entidade, sugerindo o deferimento da inscrição, com a concessão de prazo para a entidade, até o mês de dezembro do corrente ano, para que sejam realizadas as adequações necessárias. Os conselheiros deliberaram da seguinte forma: Benedito - pelo deferimento, Maria Rosália - se absteve por fazer parte da

entidade, Luzia - pelo indeferimento, uma vez que não vê na entidade o desenvolvimento de ações de assistência social , Hélio - pelo deferimento, Neuzira - pelo deferimento, Edvardes - se absteve porque quer realizar uma visita à entidade para conhecer o trabalho que está sendo realizado, bem como a técnica que está trabalhando na entidade, Lucélia - se absteve porque também gostaria de visitar a instituição e Lucidalva - se absteve porque pelo que foi apresentado no processo não caracteriza serviço de assistência social continuado, porém ela demonstra interesse em se adequar. Edvardes pediu para constar em ata que vai se retirar da comissão. Hélio falou que os conselheiros Edvardes e Lucélia não podem se abster uma vez que elaboraram relatório, através da comissão, se posicionando pelo indeferimento do pedido de inscrição. Desta forma, o conselho decidiu deliberar sobre o pedido de inscrição da entidade no prazo de sessenta dias, na reunião ordinária do mês de agosto, após averiguação por parte da comissão "in locu", de que a entidade esta realizando o trabalho proposto. Em caráter de Informes Gerais, Neuzira fez a leitura do relatório elaborado pelo CMAS ao CEAS/MG, quanto aos trabalhos realizados pela PCH Unaí Baixo, em relação ao Plano de Assistência Social - PAS, informando que os trabalhos propostos no PAS não foram realizados, considerando as visitas realizadas pelo CEAS e comissão do CMAS às famílias realocadas da área a ser afetada pelo empreendimento. As situações observadas são críticas, o processo foi realizado de maneira nada planejada, sem acompanhamento e observância aos desejos expressados pelas famílias. Desta forma, o conselho aprovou o relatório que será enviado ao CEAS, da seguinte forma: Luzia - aprova, Maria Rosália - aprova, Hélio - aprova, Neuzira - aprova, Lucélia - aprova, Lucidalva - aprova, Benedito - aprova. Lucidalva perguntou qual conselheiro tem disponibilidade para entrar no SUASWEB e realizar o aceite do Plano. Não realizar o aceite os seguintes conselheiros: Neuzira e Lucidalva. Desta forma, a presidente Neuzira encerrou a reunião, agradecendo a atenção e o incentivo à Política de Assistência Social como direito num processo democrático e participativo e eu, Mariana, lavrei essa ata que será lida e aprovada por todos os presentes. ENCERRAMENTO: 11h11;